

O PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA E OS IMPACTOS ESTRUTURAIS NA CIDADE DE SÃO RAIMUNDO NONATO - PI

Vitor José Rampaneli de Almeida
Doutorando em Planejamento e Gestão de Territórios – UFABC.
E-mail: vitor.almeida@ufabc.edu.br

Michel Justamand
Professor Associado II do Curso de História da Arte da Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP.
E-mail: micheljustamand@yahoo.com.br

RESUMO

Localizado na mesorregião do Sudoeste piauiense, o Município de São Raimundo Nonato concentra os principais equipamentos e serviços para a recepção dos turistas que visitam o Parque Nacional Serra da Capivara, além de ser o mais importante centro econômico da região Sudeste do estado. Neste cenário, esse trabalho pretende detectar e entender os impactos estruturais no ambiente urbano do município de São Raimundo Nonato, a partir da instalação dessa Unidade de Conservação de visibilidade internacional, bem como reconhecer as debilidades estruturais que ainda persistem no município em estudo.

Palavras-chave: São Raimundo Nonato. Parque Nacional Serra da Capivara. Desenvolvimento Regional. Unidade de Conservação.

ABSTRACT

Located in the mesoregion of Southwest Piauí, the municipality of São Raimundo Nonato concentrates the main equipment and services for the reception of tourists visiting the Serra da Capivara National Park, in addition to being the most important economic center in the Southeast region of the state. In this scenario, this work intends to detect and understand the structural impacts on the urban environment of the municipality of São Raimundo Nonato, from the installation of this Conservation Unit of international visibility, as well as to recognize the structural weaknesses that still persist in the municipality under study.

Keywords: São Raimundo Nonato. Serra da Capivara National Park. Regional Development. Conservation Areas.

1 INTRODUÇÃO

Os estudos iniciados a partir de 1970, no município de São Raimundo Nonato (PI), onde hoje está instalado o Parque Nacional da Serra da Capivara (P.N.S.C.), permitiram identificar os primeiros vestígios humanos no continente americano com idade superior a 50.000 anos. Na região em questão e nas áreas que circundam o parque existe uma enorme concentração de sítios arqueológicos, os quais fornecem detalhadas informações sobre as primeiras ocupações humanas, que deixaram vestígios de sua existência em variados ecossistemas da região (PESSIS, 2003).

O P.N.S.C., atualmente, possui a maior concentração conhecida de sítios arqueológicos e o maior acervo de pinturas rupestres do mundo. A instalação da Unidade de Conservação de Proteção Integral, causou uma grande transformação na relação dos habitantes com o patrimônio territorial e histórico, bem como na

perspectiva local pela busca de melhorias para a região. Com a constituição da Fundação Museu do Homem Americano (FUMDHAM) ficou estabelecida a parceria da preservação, do desenvolvimento sustentável e a promoção da mão de obra das comunidades tradicionais. Para Martins (2011), a fundação trata-se de entidade científica, filantrópica, sociedade civil não-lucrativa, declarada de utilidade pública estadual e federal e cadastrada no Conselho Nacional de Assistência Social. As suas ações, desde o começo, ocorrem em duas frentes bem definidas: a pesquisa científica multidisciplinar e a valorização e integração da população local, num projeto baseado na autossustentação regional e promoção social.

Localizado na mesorregião do sudoeste piauiense, o município de São Raimundo Nonato concentra os principais equipamentos e serviços para a recepção dos turistas, além de ser o mais importante centro econômico da região sudeste do estado. Com base em tais premissas, este trabalho visa compreender e identificar os impactos, no âmbito da evolução da estrutura urbana e sua vinculação à prestação de serviços no município de São Raimundo Nonato –, determinados e influenciados a partir da instalação do Parque Nacional Serra da Capivara.

2 OBJETIVOS E MÉTODOS DE ESTUDO

O estudo proposto para este trabalho, buscamos compreender e identificar os impactos no âmbito da evolução da estrutura urbana e sua vinculação à prestação de serviços, no município de São Raimundo Nonato, a partir da instalação do Parque Nacional Serra da Capivara na década de 1970. Estudos com abordagens sociais, trajetórias históricas e econômicas da região em estudo, assim como o desenvolvimento urbano e humano, já realizados na área, foram consultados para o entendimento das potencialidades econômicas e estruturais que uma Unidade de Conservação, de relevância internacional, pode tornar-se protagonista no processo de desenvolvimento regional.

Para alcançar o objetivo proposto, foram desenvolvidas as seguintes atividades:

a. Pesquisa bibliográfica a respeito dos temas relacionados para este trabalho, que busca entender os impactos de uma Unidade de Conservação nas questões sociais e urbanas, especificamente nas áreas que cercam o P.N.S.C., a saber: o município de São Raimundo Nonato. A pesquisa foi realizada em bibliotecas de

Universidades (Dissertações de Mestrado, Teses de Doutorado, Monografias de cursos de Especialização, Livros, Periódicos Científicos e Pesquisas em Documentos Oficiais), através do acesso ao acervo virtual do Museu de Arqueologia e Etnologia – USP, estudo da bibliografia específica que aborda a trajetória histórica da SUDENE e seus reflexos no processo de urbanização no Nordeste, análise sobre os dados oferecidos pelo “Portal Cidades” da plataforma digital do IBGE, além de diversos sites específicos na internet;

b. No sentido de levantar informações precisas sobre a história do P.N.S.C., tornou-se necessário acessar o acervo bibliográfico digital da FUMDHAM, especialmente o Plano de Manejo do Parque Nacional Serra da Capivara;

c. Análise da evolução urbana do município de São Raimundo Nonato, através dos documentos oficiais da Secretaria de Turismo do Estado do Piauí, em específico, o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável: Polo das Origens – Piauí; e

d. Tornar-se-ão necessárias a identificação das debilidades dos projetos urbanos já aplicados em São Raimundo Nonato e nas áreas adjacentes ao P.N.S.C., tendo como intuito reafirmar a hipótese que potencializa as funções de uma Unidades de Conservação no desenvolvimento urbano e socioeconômico regional.

3 ÁREA DE ESTUDO

3.1 Localização

O P.N.S.C. está localizado na região Sudeste do Estado do Piauí (08°26'50" e 08°59'23"S; 42°19'47" e 42°45'51" W).

Inserido no semiárido nordestino, o P.N.S.C. acomoda uma fauna e flora particular do Bioma Caatinga e, também, se destaca por suas formações geológicas: serras, vales, cânions, inselbergs e planícies (BARROS et al., 2012).

Criado através do Decreto Nº 85.548, de 5 de junho de 1979, o parque possui uma área com 100 mil ha. Posteriormente, mediante ao Decreto Nº 99.143, de 12 de março de 1990, foram inseridos outros 35 mil ha com a determinação de Áreas de Preservação Permanentes - APA (GUIDON, 1988).

Em 11 de março de 2005, através Portaria MMA nº 76, um Mosaico de Unidades de Conservação foi estabelecido englobando os Parques Nacionais Serra da Capivara e Serra das Confusões e, também, um Corredor Ecológico conectando

os dois parques. Segundo Freire (2017) a partir deste Decreto, as áreas adjacentes ao Corredor Ecológico perfazem um total de 414 mil ha, abrangendo os municípios de São Raimundo Nonato, Canto do Buriti, Tamboril do Piauí, Brejo do Piauí, São Braz, Anísio de Abreu, Jurema, Caracol e Guaribas – todos localizados no Estado do Piauí (Figura 1).

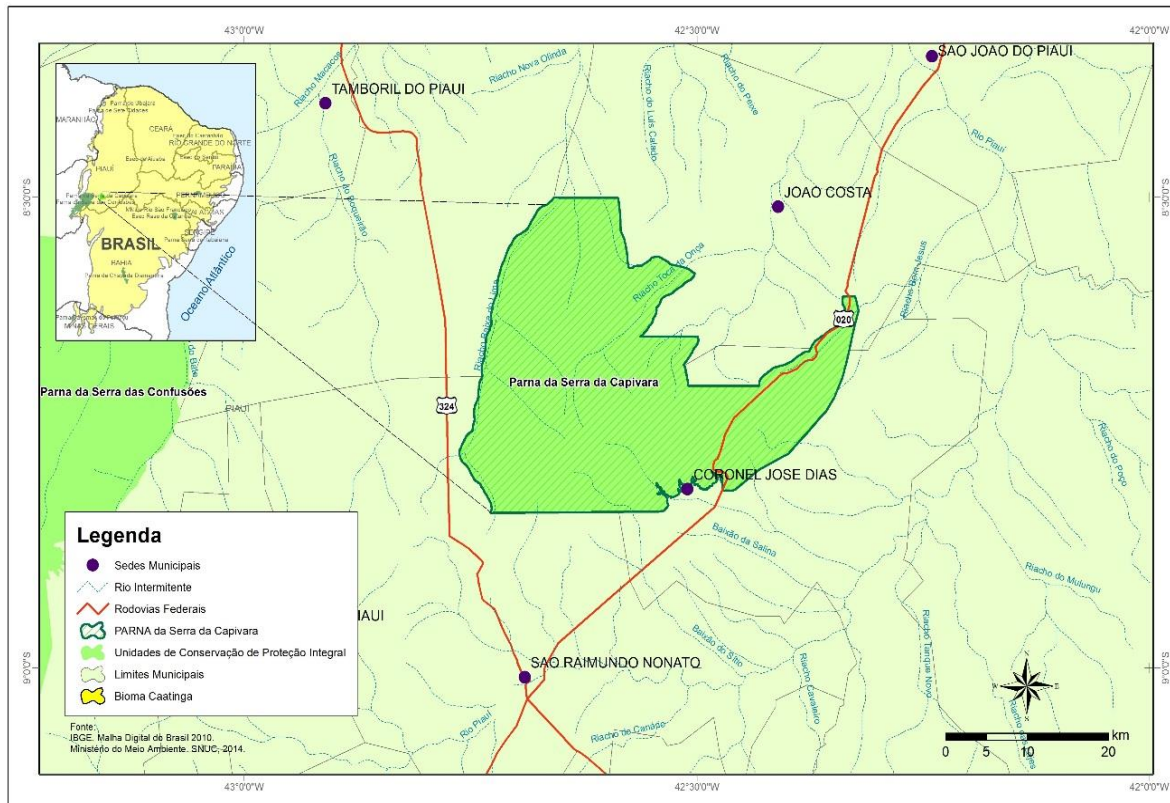


Figura 1 - Localização do P.N.S.C. e dos municípios adjacentes
Fonte: Recife (2017).

Em 1991, o parque foi declarado pela Organização das Nações Unidas pela Educação, Ciência e Cultura – UNESCO, Patrimônio Cultural da Humanidade pelo seu valor ambiental, histórico e cultural (BRASILIA, 2019).

3.2 Acesso, Turismo e Educação

O acesso ao parque pode ser feito de carro, ônibus ou avião. Pousando em Teresina (PI), a distância é de 540 km, onde o acesso se dá por meio da PI-140. Pousando em Petrolina (PE), a distância é de 355 km, neste percurso, as seguintes vias são utilizadas: BA-210, BR-235 e BR-324 (ALMEIDA, 2020).

Segundo Oliveira Filho e Monteiro (2007), a capacidade de recepção do P.N.S.C. é de 2 milhões de turistas por ano. O local possui infraestrutura de acesso, com 16 circuitos ou 128 sítios arqueológicos abertos à visitação, com três guaritas de

entrada e com vigilância permanente (Pedra Furada, Desfiladeiro da Capivara e Serra Vermelha), comunicação à rádio e toaletes, loja de souvenir, um centro de visitantes com auditório, exposição e lanchonete, 300 km de trilhas carroçáveis, mais de 100 km de trilhas para pedestres, placas indicativas e setas ao longo dos circuitos turísticos, além de 15 condutores de turistas (CODEVASF, 2006).

Segundo Ries (2003), a estrutura do parque e os acessos foram elaborados, com o objetivo de permitir ao visitante a apreciação dos monumentos naturais e culturais, com segurança e sob controle, de modo a minimizar todos os efeitos negativos e predatórios sobre o meio ambiente e o patrimônio cultural.

A região é sede de Instituições de Ensino Superior: Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Universidade do Vale do São Francisco (UNIVASF) e Instituto Federal do Piauí (IFPI), além de faculdades particulares. Demanda crescente de alunos estimula a modificação do lugar com tendência a cidade universitária. Há movimento pendular de alunos, professores, trabalhadores que vão e voltam a São Raimundo pela dinamização da economia (SANTANA, 2016).

3.3 Índice de Desenvolvimento Humano Local

Estabelecendo os quatro principais municípios que circundam o P.N.S.C., a cidade de São Raimundo Nonato possui 63,97% da população vivendo na área urbana e 36,03% vivendo na área rural – IDH-0,681. No município de Coronel José Dias temos 22,94% da população vivendo na urbana e 77,06% vivendo na área rural – IDH-0,58. No município de João Costa ,14,98% da população vive na área urbana e 85,02% nas áreas rurais – IDH-0,596. No município do Brejo do Piauí, encontramos 29,95% da população nas áreas urbanas e 70,05% nas áreas rurais – IDH-0,547.

Segundo os critérios universais estabelecidos pelas Nações Unidas, o IDH médio dos municípios que cercam o P.N.S.C. reflete à faixa de médio desenvolvimento humano. Portanto, quando estabelecemos o IDH-renda para caracterizar a região, 69,4% dos municípios passam a ser classificados como de baixo desenvolvimento humano, os outros 30,6% são determinados como de médio desenvolvimento humano (IBGE, 2019). Para Barros et al. (2012) os últimos dados retratam com mais fidelidade as condições e qualidade de vida da região, caracterizadas pela péssima distribuição de renda e pelos níveis elevados de pobreza da população.

4 HISTÓRICO DO PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA

Determinada como uma Unidade de Conservação, o P.N.S.C. passa a ser vinculada à administração do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – o atual Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.

A concepção do parque foi fomentada pela pesquisadora brasileira Niède Guidon, que coordenou uma equipe arqueológica franco-brasileira em sítios arqueológicos localizados na região da Serra da Capivara no início da década de 1970. Os estudos preliminares indicaram a existência de uma enorme quantidade de pinturas rupestres, assim como sepulturas, restos de cerâmica, artefatos de pedra polida e vestígios paleontológicos (PESSIS, 1994).

Em 1975, Niède Guidon enviou uma carta para o então governador do Piauí, Dirceu Arcoverde. Na carta, expôs a importância e a situação da região em estudo e solicitou, também, a criação de um Parque Nacional na área. Esse pedido que foi reiterado em 1978, com a finalização dos trabalhos de campo e a elaboração de um relatório enviado ao governo brasileiro, no qual a equipe salientava a necessidade da preservação do local, devido à sua enorme riqueza cultural (BACKX, 2013; PESSIS, 1994).

Em 1986, um atuante grupo de pesquisadores da missão franco-brasileira, submetidos à coordenação de Guidon, criaram a Fundação Museu do Homem Americano – FUMDHAM. Em 1988, a FUMDHAM e o então Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal ficaram responsáveis pela elaboração do plano de manejo do P.N.S.C. e, a partir de 1994, a administração da fundação passou a ser dividida entre as duas entidades (PESSIS, 1994).

Com a constituição da FUMDHAM ficou estabelecida a parceria da preservação, do desenvolvimento sustentável e a promoção da mão de obra das comunidades tradicionais. Para Martins (2011), a fundação trata-se de entidade científica, filantrópica, sociedade civil não-lucrativa declarada de utilidade pública estadual e federal e cadastrada no Conselho Nacional de Assistência Social. As suas ações, desde o começo, ocorrem em duas frentes bem definidas: a pesquisa científica multidisciplinar e a valorização e integração da população local, num projeto baseado na autossustentação regional e promoção social, vertente para esse projeto. Para isso, Silva e Mota (2003) citam as seguintes ações que a FUMDHAM promoveu:

- Cooperativa de Artesanato: A fundação trouxe ceramistas japoneses para capacitar membros da comunidade local. O intuito, além de gerar emprego e renda para os municípios, a produção visa atender a demanda de peças cerâmicas de interesse para o setor turístico. Todos os custos e a matéria-prima para a produção ficaram por conta da FUNDHAM.

- Cooperativa de Apicultura: A FUNDHAM ofereceu cursos de apicultura aos munícipes. Todas as instalações e a maquinaria necessária para processamento e produção de mel foram fornecidas aos interessados. A produção de mel atende tanto ao mercado nacional quanto ao internacional.

- Cooperativa de Criação de Caprinos: Visando extinguir a prática da caça nas áreas do parque, a fundação constituiu uma cooperativa de criação de carneiros. Foram estabelecidas regras para o abate desses animais cujo objetivo é fornecer carne para a população localizada nos arredores do P.N.S.C.

É necessário pontuar que a FUMDHAM tem passado, ao longo desses anos, por uma série de crises administrativas e financeiras, resultantes, em sua maioria, da falta de apoio e financiamento governamental, o que impactou negativamente na promoção de novas ações de desenvolvimento cultural e social.

Validando a relevância histórica, ambiental e cultural da região, a UNESCO incluiu o parque na lista do Patrimônio Cultural da Humanidade em 1991. As escavações realizadas nas áreas do parque têm apresentado dados importantíssimos para o estudo do povoamento do continente americano. Para Boeda et al. (2014), pesquisas recentes realizadas no sítio Boqueirão da Pedra Furada, um dos mais antigos do continente, indicam que a ocupação humana na região remonta há mais de 20.000 anos, fornecendo dados e evidências que têm o potencial de questionar as antigas teorias de ocupação do continente. Ademais, considera-se atualmente que o parque possui a maior concentração de sítios arqueológicos com pinturas rupestres do mundo. O P.N.S.C., no momento atual, conta com 1.354 sítios cadastrados, dos quais 183 encontram-se preparados para visita turística.

Segundo Andrade e Guidon (2016), desde a idealização do P.N.S.C. a promoção de uma estrutura turística e a elevação desta para uma atividade econômica significativa para a região sempre esteve presente. O significativo investimento no desenvolvimento das potencialidades turísticas locais seria o melhor modo de estimular a economia das comunidades localizadas no entorno do parque e

a forma ideal de tornar a Unidade de Conservação economicamente autossustentável.

Em 1994, no plano de manejo do parque, o desenvolvimento do turismo é vinculado à preservação ambiental e cultural. Desse modo, além da conservação dos sítios arqueológicos e construção de equipamentos para promover a atividade turística nas áreas, a criação do P.N.S.C. ocorreu, também, para conservar a fauna e a flora típicas da região – que abrangem uma grande diversidade de espécies vegetais e animais em extinção, como a onça parda, o tatu bola e o gato do mato (PESSIS, 1994).

Esse modelo de gestão, remete à proposta implantada no parque norte americano de Yellowstone. Visando uma linha de pensamento e ação preservacionista-ambiental, essa referência promove a proteção da vida selvagem por meio da criação de santuários afastados dos seres humanos, os quais poderiam admirar a natureza através de um distanciamento seguro para o meio ambiente (CARVALHO; BACKX, 2018).

Neste contexto, a partir de 1997, diversas ações de proteção ao meio ambiente e aos sítios arqueológicos começaram a ser implementadas. Segundo Pessis (1994), a estratégia de gestão se concentraria prioritariamente em restabelecer um equilíbrio entre o patrimônio cultural e a ecologia, relação que se encontraria bastante desgastada, devido à ação atual dos seres humanos, já que a economia da região se concentrava principalmente na exploração dos recursos naturais da Serra e no desenvolvimento de lavouras, com a utilização de queimadas, processos devastadores ao local.

Para Carvalho e Backx (2018), um dos primeiros procedimentos, iniciados em meados da década de 1980 foram: a delimitação das fronteiras do P.N.S.C.; a imediata identificação das famílias que habitavam legalmente o local; desapropriação das terras pertencentes às comunidades que lá viviam; e as devidas indenizações. As desapropriações, por não levarem em conta as condições sociais da região, a cultura das comunidades e seu consentimento, acabaram por gerar alguns conflitos e desentendimentos entre membros e descendentes das comunidades que habitavam o local e a administração do P.N.S.C.

5 O MUNICÍPIO DE SÃO RAIMUNDO NONATO

5.1 Um Breve Histórico de São Raimundo Nonato

Uma boa parte dos municípios que circundam às áreas do P.N.S.C., a princípio, faziam parte das propriedades de Domingos Afonso Mafrense. Em 1711, após a sua morte, por não possuir herdeiros, suas 30 fazendas foram doadas aos jesuítas do Colégio da Bahia (OLIVEIRA; ASSIS, 2009). Segundo IBGE (2017), os religiosos, ao ocuparem a fazenda Conceição, edificaram uma casa e a batizaram de Sobrado da Conceição. Constantes conflitos com os membros da tribo dos tapuias ocorreram, posteriormente, com a chegada dos colonos e outros aventureiros.

No fim do século XVIII, o então Governador da Capitania do Piauí, D. João Amorim Pereira, determinou que o comandante José Dias ocupasse os territórios do atual Município de São Raimundo Nonato, e os fragmentasse entre os membros de sua tropa (IBGE, 2017).

De acordo com a Prefeitura Municipal de São Raimundo Nonato (2017), depois de quase uma década de exposições a inúmeros conflitos com indígenas e colonos e, também, da abertura de estradas, o comandante José Dias alcançou o domínio da região e passou a repartir as terras entre os seus companheiros de expedição.

Em um dado momento, durante o fornecimento de alimentos e vestuários aos tapuias, um grupo deles iniciou um novo conflito o que gerou muitos mortos e feridos. Poucos índios se deixaram catequizar, tendo, a maioria, emigrado para as margens do rio Tocantins (IBGE, 2017).

A região da atual São Raimundo Nonato, através do Decreto Regencial foi elevado à distrito eclesiástico a partir de 1832 – com sede no lugar batizado de Confusões. A sede foi transferida para Jenipapo em 1836, onde se desenvolveu um pequeno centro dedicado à lavoura e a pecuária (PREFEITURA MUNICIPAL SÃO RAIMUNDO NONATO, 2017). Segundo Santana (2016), a pecuária extensiva abasteceu a Bahia, Pernambuco, Ceará de 1780 a 1830 com boiadas e com quem mantinha comércio de produtos derivados do leite.

A região foi emancipada em 1850 com o desmembramento dos municípios de Jaicós e Jerumenha e adquiriu Foro de Cidade em 1912 pela lei estadual nº 669. O nome foi escolhido em homenagem ao padroeiro da cidade: São Raimundo Nonato. O desenvolvimento urbano é lento, somente a partir da década de 1990 o comércio se expandiu, com aberturas de estradas aumentando vertiginosamente as relações comerciais com cidades vizinhas. A ocupação de São Raimundo Nonato ocorre por

conta da expansão da pecuária e agricultura e, essencialmente, pelos maniçobeiros (SANTANA, 2016).

5.2 São Raimundo Nonato na atualidade

A atividade comercial, segundo Santana (2016) é a principal fonte de divisas, e a cidade tem desenvolvimento mais avançado da microrregião. O município abastece cidades de Anísio de Abreu, Bonfim do Piauí, Caracol, Coronel José Dias, Dirceu Arco Verde, Dom Inocêncio, Fartura, Guaribas, Jurema, São Braz, São Lourenço e Várzea Branca. No comércio, predominam produtos agropecuários, alimentos, móveis e eletrodomésticos, utensílios de uso pessoal, roupas, calçados. Além de serviços urbanos, desde educação, saúde e bancários. A cidade dispõe atualmente de quatro instituições bancárias: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste e Bradesco.

Com uma área total de 2.606,8 Km² e localizada na mesorregião do sudoeste piauiense, o município de São Raimundo Nonato concentra os principais equipamentos e serviços para a recepção dos turistas, além de ser o mais importante centro econômico da Região Sudeste do Estado. Com uma população superior 32.300 habitantes com densidade demográfica é de 13,38 hab./km² (Figura 2), é considerada acesso para visitação ao Parque Nacional da Serra da Capivara, embora Coronel José Dias se encontre mais próximo dos principais acessos ao parque, essa última não possui estrutura adequada para receber turistas (IBGE, 2017; SANTANA, 2016).

Em São Raimundo Nonato, o salário médio mensal em 2018 era de 1.8 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 13.4%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 83 de 224 e 12 de 224, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 3263 de 5570 e 2552 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 45.8% da população nessas condições, o que o colocava na posição 217 de 224 dentre as cidades do estado e na posição 2057 de 5570 dentre as cidades do Brasil (IBGE, 2019).

Quanto ao território e ao ambiente, os dados do IBGE (2019) apresentam 4.4% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 57.7% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 0.3% de domicílios urbanos em vias públicas com

urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 144 de 224, 158 de 224 e 65 de 224, respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 4884 de 5570, 3811 de 5570 e 4686 de 5570, respectivamente.

Referente aos números relacionados à saúde, a taxa de mortalidade infantil no município em estudo é de 17.13 para 1.000 nascidos vivos. As internações devido às diarreias são de 13.2 para cada 1.000 habitantes. Comparado com todos os municípios do estado, fica nas posições 78 de 224 e 22 de 224, respectivamente. Quando comparado a cidades do Brasil todo, essas posições são de 1511 de 5570 e 168 de 5570, respectivamente (IBGE, 2019).

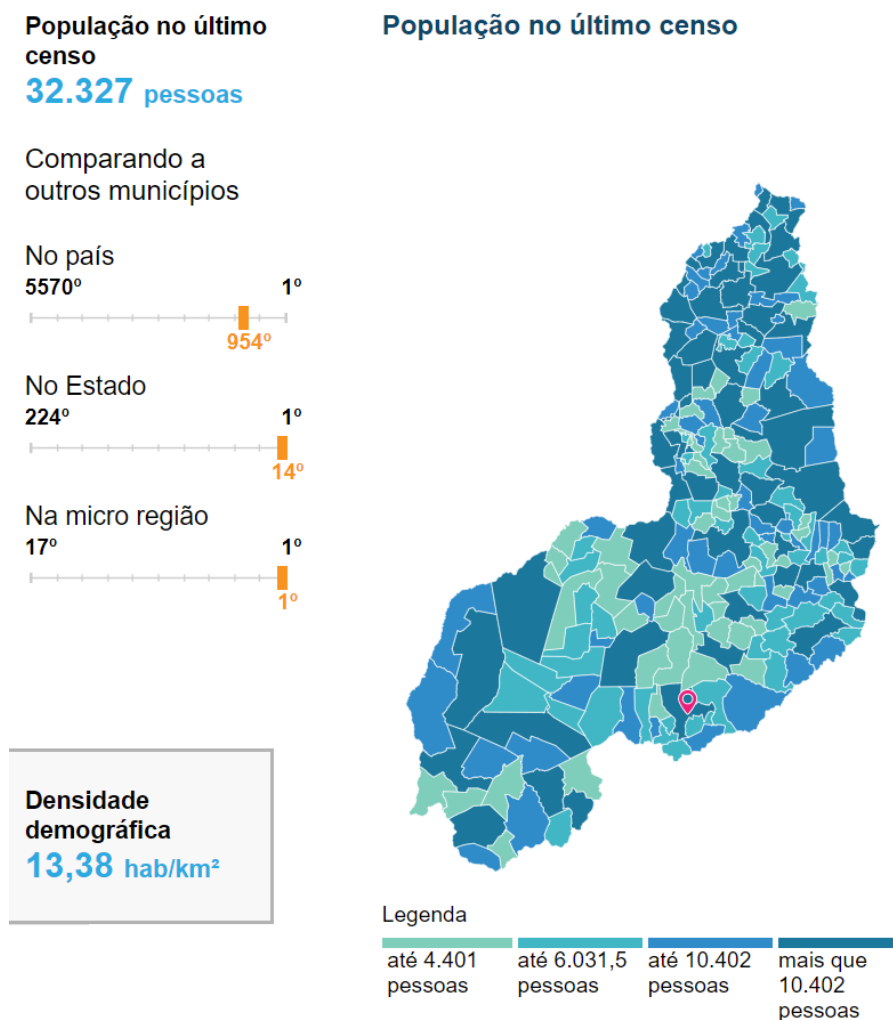


Figura 2 - Localização do P.N.S.C. e dos municípios adjacentes
Fonte: IBGE (2010).

6 POLÍTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Em meados do século XIX as regiões Sul e Sudeste passaram a centralizar as principais e mais relevantes atividades econômicas, além das mais expressivas e substanciais decisões políticas na esfera nacional. Com a introdução do trabalho assalariado, a economia cafeeira de São Paulo amplia o mercado interno e contribui para a industrialização. À altura, Furtado distingue no país as seguintes regiões no final do século XIX: a região do açúcar e do algodão (Nordeste) e a economia de subsistência a ela agregada; a região Sul, fundamentalmente de economia de subsistência, a região cafeeira e a região amazônica (TAVARES, 2011).

Neste contexto, o Nordeste acabou por manter características de uma realidade agrária, preservando um grande atraso na sua estrutura sociopolítica, além dos seus aspectos econômicos –, a agricultura monocultora, até o início do século XX, até então, correspondia à principal atividade econômica da região nordestina, em companhia com a pecuária extensiva.

Segundo Tavares (2011), o censo de 1920 demonstrava uma grande concentração industrial em São Paulo, e que continuou aumentando nas décadas seguintes. Entre 1948 e 1955 a participação de São Paulo no PIB industrial passa de 39,6% para 45,3% enquanto a do Nordeste (da Bahia ao Ceará), no mesmo período, cai de 16,3% para 9,6%. Por sua vez, segundo Furtado (1968) a renda per capita de São Paulo era 4,7 vezes mais alta que a do Nordeste.

Na década de 1950, ocorreram no Nordeste novos fatos que criaram condições propícias a novas ideias sobre a questão nordestina, e que levaram o Governo Federal a modificar a sua política para aquela região. Em seu segundo governo, Vargas, orientado por sua assessoria econômica, criou o Banco do Nordeste Brasileiro (BNB) e acelerou a construção da Hidrelétrica de Paulo Afonso (TAVARES, 2011).

Com construção da usina hidrelétrica de Paulo Afonso na Bahia (1955), bem como a exploração de Petróleo no litoral da Bahia e Rio Grande do Norte, responsáveis pela construção dos polos petroquímicos, acabaram por incentivar a expansão das rodovias e de políticas de incentivos fiscais, o que promoveu a instalação de diversos empreendimentos para a região.

A primeira tentativa de criação de um órgão de fomento ao desenvolvimento do nordeste do Brasil ocorreu no governo de Juscelino Kubitschek onde foi criado, em 14 de dezembro de 1956, o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste

– GTDN. Em 1958 o GTDN foi transformado em Conselho de Desenvolvimento do Nordeste – CODENO (MDR, 2019).

A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, criada pela Lei no 3.692, de 15 de dezembro de 1959, em substituição ao GTDN e CODENO, foi uma forma de intervenção do Estado no Nordeste, com o objetivo de promover e coordenar o desenvolvimento da região. Celso Furtado foi responsável pela coordenação e estratégia de atuação do órgão (1959 a 1964), definida a partir da pesquisa apresentada em seu livro “A operação Nordeste”, de 1959.

Como ponto de partida, a instituição determinou o espaço que seria compreendido como Nordeste e que, a partir da sua fundação, passaria a ser peças de ações governamentais. Os estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e parte de Minas Gerais equivalem a 18,4% do território nacional onde, em 1980, abrigavam cerca de 35 milhões de habitantes – correspondente a 30% da população brasileira. Através da Lei nº 4.239, de 27 de junho de 1963, surgiram as primeiras formas de incentivos fiscais especiais. Foram promovidas a isenção e redução de Imposto de Renda para as empresas que pretendessem se instalar ou que se mantivessem instaladas região Nordeste (CPDOC, 2020).

Quanto aos incentivos fiscais, Cano (2011) descreve que esses consistem em isenções parciais de imposto de renda, para aplicação em investimentos privados regionais aprovados pela SUDENE, e que exigiam uma contraparte de recursos pelo investidor privado.

O plano foi bem aceito pelas principais forças sociais que, nos últimos anos da década de 1950, reivindicavam um tratamento diferenciado para o Nordeste, com as restrições que já foram mencionadas. Em uma época em que se estava longe de ouvir falar em planejamento participativo, é indiscutível que o projeto da nova política de desenvolvimento do Nordeste contou com grande apoio popular, o que concorreu em larga medida para que essa proposta não fosse derrotada desde o início, diante da enorme pressão da direita, majoritária no Congresso Nacional (TAVARES, 2011).

A SUDENE foi incorporada ao novo Ministério do Interior em 1964, e sua autonomia, seus recursos e objetivos foram enfraquecidos e deturpados dentro do período do Regime Militar. Órgão criado para diminuir as diferenças entre o Nordeste e o Sul-Sudeste não conseguiu gerar empregos suficientes nas indústrias que pudessem resolver os problemas estruturais da região. Neste contexto, segundo

CPDOC (2020), os padrões de miséria e concentração de renda foram mantidos, assim como as migrações continuaram por décadas.

Apesar das mudanças políticas introduzidas a partir do golpe de 1964, Diniz (2009) indica que a força intelectual e moral de Celso Furtado, as expectativas de redenção da pobreza nordestina fez com que o diagnóstico inicial que deu origem à criação da SUDENE persistisse e servisse de base para a ação governamental na região e para a montagem dos mecanismos de política e de incentivos, que na essência prevalecem até os dias de hoje.

A intensidade do crescimento entre 1967 e 1980 “compensou” esses constrangimentos: a queda do salário mínimo foi atenuada pelo excepcional crescimento do emprego urbano, que elevou o salário médio e dispersou a estrutura salarial. A dispersão dos recursos financeiros regionais do Noroeste e Nordeste foi compensada pela desconcentração regional do investimento, pois o aprofundamento e diversificação imprimidos à industrialização obrigavam a uma utilização mais intensa das bases regionais de recursos naturais (terras, água e minérios). Isso também obrigou a uma forte desconcentração regional da infraestrutura energética, de comunicações e de transporte (CANO, 2011).

Neste contexto, Cano (2011) aponta que os fluxos migratórios inter-regionais saltaram de 12 milhões de pessoas em 1970 para 16,5 milhões em 1980. As maiores saídas continuaram a ser de nordestinos (2,3 milhões), paranaenses (1,6 milhões) e mineiros (800 mil). A principal área receptora foi São Paulo, com o recorde de 2,8 milhões de pessoas (cerca de 1,5 de nordestinos, 0,6 de mineiros e 0,55 de paranaenses, além de outros). O Rio de Janeiro diminuía sua recepção, para cerca de 500 mil, mas aumentava sua própria expulsão, para cerca de 180 mil.

Em 2001, foi criado o Fundos de Desenvolvimento Regional, o FDNE, com recursos orçamentários que complementaríamos os demais fundos. Contudo, o FDNE só começou a operar em 2009. O montante de recursos liberados em 2007 e 2008 para o FDA representou tão somente 0,28% e 0,16% do PIB regional, e as cifras de 2009 e 2010 foram ainda mais baixas. Para o FDNE, em 2009 e 2010 as cifras são também baixas e representariam algo como 0,07% e 0,33% do PIB do NE. Essa demora decorreu de problemas burocráticos, de alto custo de seus financiamentos e dos drásticos contingenciamentos e cortes orçamentários, em parte hoje atenuados (CANO, 2011).

Conforme Tavares (2011), o Presidente Luís Inácio Lula da Silva assinou ato que recriou a SUDENE em julho de 2003, cumprindo promessa feita publicamente nesse sentido. O seu governo tentou construir uma política regional de âmbito nacional. Mas os resultados foram bastante tímidos, do mesmo modo que a sua visibilidade junto ao público.

7 DISCUSSÃO SOBRE A ESTRUTURA URBANA DE SÃO RAIMUNDO NONATO

A área urbana da cidade de São Raimundo Nonato, em meados da década de 1950 era tida como uma tímida cidade interiorana do semiárido nordestino, cuja expressividade econômica era quase insignificante – basicamente estabelecida no setor primário. O município era visto como muito deficiente e com uma modesta estrutura urbana de pouca expressividade nacional ou estadual (RIBEIRO, 2015). A cidade contava com poucas escolas, menos de cinco ruas pavimentadas de paralelepípedos com luz elétrica promovida pela prefeitura – apenas 123 endereços contavam com energia elétrica. Para Ribeiro (2012), por estar inserido no semiárido e no interior do Brasil, onde atividade principal estava ligada à pecuária, o município era tido como sertanejo.

Em dois momentos históricos a cidade de São Raimundo Nonato recebeu uma certa atenção sob as demandas da economia do mundo. A primeira visibilidade ocorreu quando as indústrias automobilísticas buscaram matéria prima (látex da maniçoba) na região. Economicamente, esse período foi muito curto e não deixou legado estrutural e econômico para a cidade (RIBEIRO, 2012).

No início da década de 1970, a partir descoberta dos vestígios arqueológicos pré-históricos na região que motivaria a criação do P.N.S.C. e com a proteção determinada pela UNESCO, São Raimundo Nonato entra no seu segundo momento de visibilidade internacional. A partir deste momento, com a possibilidade de exploração turística (nacional e internacional) e o estabelecimento de estudos científicos, o município passa a contar com políticas públicas voltadas às questões estruturais, mesmo que de forma deficitária, com o intuito de aproximar o município ao mundo por meio da arqueologia. De acordo com Ribeiro (2012), é nesse período que o estado se faz mais presente e várias instituições do poder público são implantadas fazendo com que a região desempenhe um papel de cidade média no semiárido.

Atualmente, São Raimundo Nonato apresenta maior capacidade de oferta de serviços. O município conta com os serviços dos bancos do Brasil S.A., Banco do Nordeste do Brasil e Caixa Econômica Federal.

Quanto à capacidade de oferta de serviços comerciais, por conta da condição demográfica, São Raimundo Nonato se diferencia dos demais municípios vizinhos quanto à oferta de serviços relacionados ao comércio, tais como: lojas de aparelhos elétricos e eletrônicos, armazéns, empórios, mercearias, revendedores e concessionárias de automóveis, distribuidores de bebidas, lojas de calçados, lojas de confecções, lojas de informática, magazines, papelarias, postos de combustíveis e serviços, loja de telefones celulares e acessórios, entre outros (SETUR, 2012).

O acesso ao P.N.S.C. é considerado o principal ponto que impede o desenvolvimento das potencialidades turísticas da região. Apesar das rodovias de acesso encontrarem-se em bom estado de conservação, a distância a ser percorrida é muito grande. As principais rotas se originam dos grandes centros regionais que contam com voos regulares, como Teresina e Petrolina. Acredita-se que a situação poderá melhorar significativamente com a operacionalização do aeroporto internacional Serra da Capivara, em São Raimundo Nonato, que hoje conta apenas com a pista de pouso e com o pátio de estacionamento de aeronaves concluídos (PESSIS, 1994).

Quanto as questões sociais promovidas pós instalação do P.N.S.C, a FUMDHAM, por sua credibilidade e reconhecimento científico internacional, assume, também, um certo protagonismo social no município em estudo, com iniciativas voltadas à comunidade local e regional que muitas vezes surpreendem até mesmo as instâncias governamentais gestão e projetos de autossuficiência e emancipação econômica, além de propostas educacionais que tem promovido a criatividade e conscientização ambiental e patrimonial entre os membros das comunidades locais. As redes constituídas pela FUMDHAM envolvem instituições nos âmbitos: municipal, estadual e federal.

São Raimundo Nonato, mesmo sendo considerado como exemplo de desenvolvimento na região, não possui normatizações legais para uso e ocupação do solo. O ordenamento no município ocorre através da definição do perímetro urbano e de critérios subjetivos discutidos pela competência e interesses da Câmara Municipal para aprovação de edificações e loteamentos, ainda que exista certa estrutura de fiscalização (SETUR, 2012).

Sob a perspectiva dos interesses do P.N.S.C., o planejamento do uso e ocupação do solo, segundo SETUR (2012), deverá proporcionar o atendimento à demanda turística sem interferir na qualidade de vida da população local. Qualquer intervenção ambiental pretendida deverá ser objeto de licenciamento nos órgãos estadual e federal de meio ambiente, sendo obrigatória a elaboração de Estudos Ambientais definidos a critério dos órgãos ambientais. Vale lembrar que São Raimundo Nonato possui uma secretaria municipal de turismo, mas não dispõe, assim como todas as cidades vizinhas, secretarias voltadas para as questões ambientais – de extrema relevância para o desenvolvimento dos setores turístico e urbano.

Quanto às políticas públicas socioambientais, a coleta de esgoto atinge hoje apenas uma parte da área urbana do município de São Raimundo Nonato. De acordo com os estudos realizados pela SETUR (2012), essa situação vem provocando problemas de poluição em alguns corpos d'água. Essa condição é vista como preocupante e pode tornar o problema mais crítico, tendo em vista a limitação da oferta de água na região e o crescimento do número de visitantes ao parque.

A coleta de resíduos sólidos também atinge uma parcela pequena da população, sendo que nos municípios vizinhos menores e mais carentes de infraestrutura tem aproximadamente 30% dos resíduos queimados. Mesmo nos locais onde há serviço de coleta, a disposição final dos resíduos ainda não é feita de maneira adequada, sendo destinado para lixões. Além dos efeitos óbvios para a qualidade de vida da população local, a situação insatisfatória da gestão dos resíduos sólidos na região compromete a sua atratividade como destino turístico e a percepção do visitante (IBGE, 2017).

Os serviços de saúde de São Raimundo Nonato vêm cumprindo sua função básica de atendimento. Atualmente, o município conta com instalações e profissionais em condições de oferecer um tratamento básico, para problemas de baixa e média complexidade. Os municípios vizinhos, menores e, sem estrutura de saúde adequada, dependem do atendimento de São Raimundo Nonato. Por terem as distâncias relativamente pequenas, o atendimento é viável. Em situações de atendimento mais complexos, os pacientes são encaminhados à Teresina ou Petrolina e, nestes casos, a longa distância torna-se um problema.

Segundo Pessis (1994) e PETUR (2012), algumas intervenções fundamentadas no desenvolvimento urbano, turístico, na conservação e preservação do meio ambiente e do patrimônio veem sendo estudas e avaliadas, nos âmbitos

municipais, estaduais e federais. Estes poderão, à medida que forem implementados, auxiliar na redução dos impactos negativos ao município em estudo. Dentre essas ações destacam-se: elaboração de estudo de capacidade de carga turística dos sítios arqueológicos da Serra da Capivara e do Parque Nacional da Serra das Confusões; Elaboração de estudo para a determinação de diretrizes para roteiros de turismo de aventura para a Parque Nacional Serra das Confusões; Elaboração de estudos para implantação de museu de paleontologia para abrigar os vestígios fósseis encontrados nas áreas do P.N. S. C.; Ampliação da rede de abastecimento de água nas áreas urbanas dos municípios de São Raimundo Nonato; Elaboração de estudos para gerenciamento de resíduos sólidos em todos os municípios que circundam o parque; Implantação de trecho da estrada de acesso ao Parque Nacional da Serra das Confusões de Caracol até o centro de visitantes; e a finalização do Aeroporto Internacional Serra da Capivara.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, V. J. M. **Prováveis Significados Paleoambientais das Pinturas Rupestres Zoomorfas do Parque Nacional Serra da Capivara – PI.** 2011. 134 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Análise Geoambiental, Departamento de Centro de Pós-graduação e Pesquisa em Análise Geoambiental, Universidade de Guarulhos - UNG, São Paulo, 2011.

ALMEIDA, V. J. R. de et al. O Pampatherium Sp. nas Pinturas Rupestres do Parque Nacional Serra da Capivara – PI, BRASIL. **Revista Interdisciplinar Encontro das Ciências - RIEC**, Ceará, p. 1013-1023, mar. 2020. Trimestral. Disponível em: <http://riec.fvs.edu.br/index.php/riec/article/view/134>. Acesso em: 13 abr. 2020.

ANDRADE, S.; GUIDON, N. O primitivo tempo em que vivemos. **Revestrés**. Teresina, 26 abril 2016. Disponível em: <<http://www.revistarevestres.com.br/entrevista/2962/>>. Acesso em: 01 jul. 2020.

BACKX, I. **Paul Rivet e Paulo Duarte: discursos sobre humanismo e arqueologia no Brasil.** 2013. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

BARROS, J. S. et al. Geoparque Serra da Capivara (PI): Propostas. In: SCHOBENHAUS, Carlos; SILVA, Cassio Roberto da (Org.). **Geoparques do Brasil: Propostas**. Rio de Janeiro: CPRM - Serviço Geológico do Brasil, 2012. Cap. 14. p. 493-542.

BRASÍLIA. ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Ministério do Meio Ambiente. **Parque Nacional da Serra da Capivara**. 2019. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/portal/visitacao1/unidades-abertas-a-visitacao/199-parque-nacional-da-serra-da-capivara>. Acesso em: 29 jun. 2020.

BOEDA, E. et al. A new late Pleistocene archaeological sequence in South America: the Vale da Pedra Furada (Piauí, Brazil). **Antiquity**, Durham, v. 88, n. 341, p. 927-955, 2014.

CANO, W. (2011) Novas Determinações Sobre as Questões Regional e Urbana Após 1980, **Revista Brasileira de estudos urbanos e regionais**, v.13, 2, pp. 27-53.

CARVALHO, A. V.; BACKX, I. Patrimônios em Unidades de Conservação no Brasil: reflexões necessárias. **MÉTIS: história & cultura**, Caxias do Sul - RS, v. 17, n. 33, p.307-324, 2018. Semestral.

CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA. **Plano de ação para o desenvolvimento Integrado da Bacia do Parnaíba, PLANAP**: Atlas da Bacia do Parnaíba. Brasília, DF: TDA Desenho & Arte Ltda, 2006. 1 v.

CPDOC (São Paulo). FGV. **O Brasil de JK: A criação da Sudene**. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/Sudene>. Acesso em: 6 jul. 2020.

DINIZ, C. C. Celso Furtado e o desenvolvimento regional. **Nova Economia**, Belo Horizonte, 19(2), p. 227-249, mai.-ago. 2009. Disponível em: Acesso em: 12 jun. 2020.

FREIRE, N. C. F. **Mapeamento e análise espectro-temporal das Unidades de Conservação de Proteção Integral da administração federal no Bioma Caatinga.** Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 511p. 2017.

FUMDHAM. **Parque Nacional Serra da Capivara.** São Raimundo Nonato, PI, 2006. Disponível em: <<http://www.fumdam.org.br/parque.asp>>. Acesso em: 11 nov. 2019.

FURTADO, C. **Perspectiva da Economia Brasileira.** Rio de Janeiro: ISEB, 1958.

GUIDON, N. Tradições rupestres da área arqueológica de São Raimundo Nonato, Piauí, Brasil. In1: **First AURA Congress**, Darwin, Austrália. P. 5-10, 1988.

IBGE (Brasília - DF). Cidades. **São Raimundo Nonato:** História e Fotos. Brasília - DF, 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/sao-raimundo-nonato/historico>. Acesso em: 4 jul. 2020.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (coord.). **IBGE - São Raimundo Nonato:** Panorama. Brasília - DF, 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/sao-raimundo-nonato/panorama>. Acesso em: 6 jul. 2020.

IBGE (Piauí). São Raimundo Nonato. **População no último censo.** Brasília - DF: [s. n.], 2010. Mapa. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/sao-raimundo-nonato/panorama>. Acesso em: 5 jul. 2020.

MARTINS, A. M. F. **Parque Nacional Serra Da Capivara:** Patrimônio Cultural da Humanidade. 2011. 184 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Bens Culturais e Projetos Sociais, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC, FGV, Rio de Janeiro, 2011.

MDR (Brasília - DF). Ministério do Desenvolvimento Regional (coord.). **Incentivos Fiscais - Histórico.** Brasília - DF, 2019. Disponível em:

<https://www.mdr.gov.br/fundos-regionais-e-incentivos-fiscais/incentivos-fiscais/historico>. Acesso em: 6 jul. 2020.

OLIVEIRA, A. S. N.; ASSIS, N. P. D. **Padres e Fazendeiros no Piauí Colonial: Século XVIII. ANPUH: Anais do XXV Simpósio Nacional De História, Fortaleza, 2009.** Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/anpuhnacional/S.25/ANPUH.S25.1030.pdf>. Acesso em: 4 jul. 2020.

OLIVEIRA FILHO, R. C.; MONTEIRO, M. S. L. **Valoração econômica da prática do ecoturismo no semi-árido: o caso do Parque Nacional Serra da Capivara – Piauí. Revista Ciências Administrativas: UNIFOR, Fortaleza, v. 2, n. 14, p.291-303, 08 nov. 2007.**

PESSIS, A. (Coord.). **Plano de manejo: Parque Nacional Serra da Capivara.** Brasília: Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República, Ibama, Fumdham, 1994.

PESSIS, A. M. et al. **Parque Nacional Serra da Capivara: Piauí - Brasil.** São Raimundo Nonato - PI: Alínea Publicações, 1998. 95 p.

PESSIS, A. M. **Imagens da Pré-História: Parque Nacional Serra da Capivara.** São Raimundo Nonato - PI: FUNDHAM/PETROBRAS, 2003.

PREFEITURA MUNICIPAL SÃO RAIMUNDO NONATO (Piauí). **História do Município: São Raimundo Nonato - PI.** São Raimundo Nonato - PI, 2017. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20160322130906/http://saoraimundononato.pi.gov.br/conteudo/356/historia-do-municipio>. Acesso em: 4 jul. 2020.

RIBEIRO, A. J. C. B. **Parque Nacional Serra da Capivara e as Transformações Sócioespaciais em São Raimundo Nonato – PI, Brasil.** Pernambuco: LECGEO/UFPE, 2012. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal14/Geografiasocioeconomica/Ordenamientoterritorial/18.pdf>. Acesso em: 8 jul. 2020.

RIBEIRO, A. J. C. B. **O Parque Nacional da Serra da Capivara e a Urbanização de São Raimundo Nonato**: transformações socioespaciais no Piauí e suas repercussões no entendimento de sertão. 2015. 187 p. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco) - Departamento de Geografia, Recife - PE, 2015.

RIES, G. **Arqueologia: Um Potencial para o Ecoturismo no Brasil**: Serra da Capivara, um exemplo a ser seguido. 2003. 136 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de pós-graduação em Ecoturismo) - Departamento de Centro de Educação em Turismo e Hotelaria – CET, Senac, São Paulo, 2003.

SANTANA, E. A. S. **O Parque Nacional da Serra da Capivara**: Turismo Arqueológico no Município de São Raimundo Nonato - PI. 2016. 158 p. Dissertação de Mestrado (Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos) - Centro de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2016.

SETUR (PI). Secretaria de Turismo do Estado do Piauí (org.). **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável**: Polo das Origens - Piauí. Piauí: Ministério do Turismo, 2012. 270 p. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/DPROD/PDITS/PIAUI/PDITS_POLO_DAS_ORIGENS.pdf. Acesso em: 4 jul. 2020.

SILVA, N. C. B.; MOTA, J. A. A técnica de cluster como ferramenta para a gestão ambiental. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 18, n. 1/2, p. 199-220, 2003.

TAVARES, H.M. (2011) Desenvolvimento, Região e Poder Regional: A visão do Celso Furtado, **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v13, 2, pp. 11-26.